



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6125 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

ESTUDOS INTRODUTÓRIOS AO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE GRUPOS DE MULHERES

Íris de Carvalho - PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

ESTUDOS INTRODUTÓRIOS AO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE GRUPOS DE MULHERES

A Economia solidária produzida pelas mãos das mulheres mostra que elas chegam aos empreendimentos de trabalho associado na marginalidade da divisão sexual do trabalho. Ou seja, as atividades nas quais elas conseguem dar sustento às suas famílias são geralmente simultâneas às atividades que elas aprenderam ao longo das suas experiências de cuidado para com “os seus”. Esta ocupação pode ser considerada, quase sempre, uma extensão do trabalho doméstico, e que, invariavelmente, é desenvolvida na própria casa com instrumentos e equipamentos de usos pessoais e familiares, com materiais reciclados, doações ou extraídos da natureza, sendo o artesanato uma dessas produções.

As mulheres da economia solidária são, majoritariamente, adultas, responsáveis pelos cuidados dos filhos e da família, estão desempregadas e buscam no trabalho associado uma alternativa de gerar renda, de convivência, de inclusão e de ressignificação das suas próprias vidas. Deste ponto de vista, a economia solidária se apresenta para as mulheres como uma possibilidade de mediação para experimentar relações emancipadoras, uma vez que dialoga com a superação das questões de opressão e subjugação vivenciadas por elas. Assim, o movimento feminista articulado à economia solidária, enquanto movimento social, assume importância estratégica pelo fato de oportunizar às mulheres processos educativos, de conscientização, possibilitando a elas o direito de pensar e agir contra diferentes formas de dominação. Segundo Ferreira e Adams (2017), o espaço de trabalho associado pode efetivamente contribuir para a reconstrução das subjetividades individual e coletivas. Isto se dá por meio das mediações educativas no cotidiano do trabalho e suas relações nele estabelecidas.

Ivone Gebara (2016) analisa a complexidade da vida ordinária das mulheres de periferia que se assemelham ao mundo no qual tenho observado essas mesmas experiências. E esta perspectiva possibilita para as mulheres a atuação na construção da sua própria cidadania, modificando leis em seu favor e abrindo as portas para a conquista de direitos, constituindo-se numa proposta educativa e política, a partir da educação popular.

Entendo que pesquisar à luz da educação popular e do feminismo um tema como o das mulheres e a economia solidária, através das suas práticas educativas feministas, se aproxima do fazer artesanal que muitas delas produzem. E, que em concordância com Eli Bartra e Edla Eggert (2016), ganham potência, pois “as mulheres aprendem quase sempre com as mulheres, suas mães e avós. O cotidiano é uma repetição infinita de movimentos manuais produtores de aprendizagens que, por meio das práticas fazem arte popular e artesanato” (p. 160). Portanto, juntar fragmentos e retalhos de histórias diversas, evidenciar nós, puxar fios, amarrar laços e tecer os vínculos entrelaçados de um enredo muitas vezes invisível, é promover aproximações das aprendizagens realizadas pelas mulheres.

Busco saber: como se dá o processo educativo nos empreendimentos de mulheres em economia solidária? Como elas experienciam a produção do conhecimento no trabalho artesanal? Essas são algumas das questões que estou desenvolvendo nas primeiras aproximações ao tema, na pesquisa de doutorado, com financiamento da CAPES.

Tenho realizado leituras no campo das mulheres, juntamente com a educação popular e a economia solidária, tendo como fundamento a hermenêutica feminista. Segundo Marcia Paixão e Edla Eggert (2010), “dessa hermenêutica, percebe-se a complexidade dos mecanismos sociais, religiosos, econômicos, psicológicos e culturais e o quanto se faz necessário pensar e contar a história pessoal e dar-se conta das relações sociais do nosso tempo e espaço para recuperar a vida e o bem-estar das pessoas” (PAIXÃO; EGGERT, p.16, 2011). Neste sentido, o trabalho investigativo parte da análise da realidade com base na história enquanto produção social da existência humana, buscando entender o objeto de estudo de forma contextualizada em sua dinâmica social, política e pedagógica, reafirmando a importância da pesquisa participativa como mediação pedagógica nos caminhos necessários para aprofundar a investigação.

A pesquisa participativa caracteriza-se por integrar a educação popular e a participação social, oportunizando aos sujeitos envolvidos a compreensão do funcionamento dos sistemas de exploração e dominação, construindo seus conhecimentos e potencializando a transformação da sociedade. Ao contrário do método tradicional em que a pesquisa se ensina neutra e a objetividade é entendida como princípio definitivo para o reconhecimento científico, a pesquisa participativa compreende que é possível conhecer, com profundidade, a vida da sociedade e sua cultura quando a pesquisadora se envolve e se compromete com o que investiga. Para Moretti e Adams (2011), “a Pesquisa Participativa têm sido em suas práticas libertadoras e democráticas, um instrumento fundamental na construção de autonomies, sem abrir mão da rigorosidade metodológica” (MORETTI; ADAMS, p. 449). A pesquisa participativa dialoga com metodologias e teorias que se preocupam com outras dimensões da vida, não se limitando a instrumentos, mas se referindo ao modo como se enfoca os problemas e a maneira pela qual se buscam as respostas.

Acrescento ainda, a hermenêutica feminista que auxilia a suspeitar sobre onde estão as mulheres. E junto com Marcia Paixão e Edla Eggert, me pergunto: “[...] sobre o lugar específico das mulheres, quem são essas mulheres, quais seus sofrimentos, como os percebem, como e de que forma os narram. Ouvir e falar são elementos constitutivos deste método”. (PAIXÃO; EGGERT, 2011, p. 15). Assim, o encontro da hermenêutica feminista com a pesquisa participativa possibilita experimentar processos de pesquisa em que as mulheres trabalhadoras passem a falar das suas experiências, a pensar sobre si mesmas e a encontrar o valor de sua própria história na produção do seu conhecimento. O qual uma vez sistematizado pode gerar conceitos e ampliar a teoria.

Nesse contexto, situo aproximações que tenho realizado junto a alguns grupos a título preliminar para compreender esse universo investigativo. Acompanhei até a chegada da

Pandemia da COVID19 uma ONG na cidade de Porto Alegre e lá pude observar algumas das ações ligadas aos trabalhos artesanais de um grupo de mulheres.

De um modo ainda bastante preliminar buscarei centralizar o tema dos processos educativos construídos por meio da experiência das mulheres que possibilita dizer de outros modos a persistente invisibilidade das trajetórias. Daí a necessidade do exercício de captar uma “história vista de baixo”, sobretudo no campo da educação popular quando articulada a emancipação das trabalhadoras associadas em empreendimentos solidários. Nesse propósito, Thompson (1981) entende que pela experiência as mulheres e os homens se tornam sujeitos, experimentando situações e relações produtivas como necessidade e interesses. Portanto, “tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura e não apenas introjetam. Ela não tem um caráter só cumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa” (THOMPSON, 1981, p. 99).

Por este meio, a consciência de classe se dá pela compreensão das experiências comuns, vividas, herdadas e partilhadas que são em grande medida, mas não apenas, determinadas pelas relações de produção (TIRIBA; MAGALHÃES, 2016). Todavia, para que essas experiências sejam percebidas e entendidas como parte integrante da realidade é preciso que façam parte do círculo das preocupações coletivas. E que possam ser sistematizadas e lidas com elas para a realização do círculo interpretativo que, nas pesquisas participativas e feministas desafiam circuitos interpretativos criativos e coletivos.

A invisibilização das mulheres na história é responsável por um processo de apagamento social, político, econômico e cultural que além de prejudicar o acesso à produção feminina, contribuiu para a falta de consciência e compreensão da sociedade sobre as experiências vividas e percebidas por elas. Portanto, problematizar e reposicionar o lugar das mulheres na história é fundamental para pensarmos a produção do conhecimento feminino que segue existindo nas margens. Nas palavras de Daniele Lopes e Márcia Silva (2016), “a invisibilidade é a incorporação completa de que não se é nada, porque não se está em nada, é o que faz ser menos drasticamente até ser invisível, mas que não se enxerga, porque não se enxergam nos espaços da sociedade [...]” (p.268).

Neste círculo, visibilizar a produção do conhecimento, a partir dos espaços produtivos de mulheres, é compreender que estes são parte da formação humana. Segundo Tiriba (2007) existe uma pedagogia associada que contribui não apenas para questionar a excludente lógica do capital, mas também para cultivar, no interior da sociedade de classes, iniciativas de uma nova cultura do trabalho, tendo como fonte inspiradora a articulação entre práxis produtiva e práxis educativa. Além do encontro entre educação popular e a teoria feminista. Nessa perspectiva, considero o trabalho como princípio educativo, reconhecendo que as trabalhadoras têm aprendido na “escola da vida” e que não tem sido suficiente reivindicar do Estado seus direitos mínimos de cidadania. Para Moretti e Eggert (2017), “Despertar cidadãos é ampliar as leituras analíticas do que temos entendido por cidadania desde os tempos do iluminismo, que conscientemente manteve as mulheres excluídas da política e da vida pública de modo geral” (p. 59).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular. Experiência. Mulheres. Economia Popular Solidária.

REFERÊNCIAS

BARTRA, Elí; EGGERT, Edla. Estudos Feministas, Arte Popular e Educação Popular – aproximações e aprendizagens. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Orgs.). **Estudos Feministas, Mulheres e Educação Popular**. Editora CRV, Curitiba, 2016.

FERREIRA, Luciane R.; ADAMS, Telmo. Economia Solidária e Educação Popular: mediações educativas e pedagógicas. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Z. **Pesquisa-educação: mediações para a transformação social**. Curitiba: Appris, 2017.

GEBARA, Ivone. Educação Popular: a ressignificação das expressões. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Orgs.). **Estudos Feministas, Mulheres e Educação Popular**. Editora CRV, Curitiba, 2016.

LOPES, Daniele R.; Silva, Márcia A. Da Educação Não Sexista à Pedagogia Feminista. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Orgs.). **Estudos Feministas, Mulheres e Educação Popular**. Editora CRV, Curitiba, 2016.

MORETTI, Cheron Z.; Adams, Telmo. **Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul**. Educação & Realidade. Vol. 36. Núm. 2, maio-agosto, 2011. p. 447-463. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

MORETTI, Cheron Z.; EGGERT, Edla. Mulheres, Experiência e Mediação: encontros possíveis/necessários [?] entre cidadania e a pedagogia. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Z. **Pesquisa-educação: mediações para a transformação social**. Curitiba: Appris, 2017.

PAIXÃO, Márcia; EGGERT, Edla. A Hermenêutica Feminista como Suporte para Pesquisar a Experiência das Mulheres. In: EGGERT, Edla (Org.). **Processos Educativos no Fazer Artesanal de Mulheres no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia D. R. Lições do Trabalho Assalariado: educação, experiência e memória coletiva. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 70, p. 87-102, dez. 2016- ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.periodicos.sbu.unicamp.br>. Acessado em 04 de junho de 2020.

TIRIBA, Lia. **Educação Popular e Pedagogia(as) da Produção Associada**. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, n.71, p. 85-98, jan./abril. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 04 de junho de 2020.